

ATA DA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- CONANDA

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de junho de dois mil e um, deu-se início a Octagésima Primeira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo seu Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL).

Presentes os conselheiros titulares, NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG) ; MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT) ; MANOEL MESSIAS MOREIRA DA SILVA (MNDH); JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP); OZANIRA FERREIRA COSTA (CECRIA); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); GUILBERT ERNESTO DE FREITAS NOBRE (MS); CAIO LUIZ DAVOLI BRANDÃO (MP) ; JOSÉ ANTONIO ANGELO MOTTI (MPAS).

Presentes também, os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Eliana Crisóstomo (MJ) ; Ivone Bezerra de Mello (MTE) e Marilda Marfan. Registramos a ausência justificada do conselheiro governamental representante do Ministério da Cultura. Estiveram ainda presentes o conselheiro não governamental suplente Marcos Antonio Paiva Colares (OAB) e o representante da AMENCAR Charles

Roberto Pranke. O Presidente abriu os trabalhos apresentando a nova Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente – DCA/MJ Maria Ignês Birrenbach e aproveitou a oportunidade para ressaltar em breves palavras a importância da parceria do Conanda com o DCA. A nova Diretora se apresentou fazendo um breve resumo da sua história profissional na linha dos direitos humanos e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, principalmente no que tange ao adolescente infrator. Falou da satisfação de sua filha já ter sido conselheira do Conanda, representando o Ministério das Relações Exteriores, considerando este fato uma continuidade da sua trajetória nesta luta. Aproveitou a oportunidade para apresentar o novo Gerente do Programa de Reinserção Social do DCA, Dr. Atilio Machado Peppe e para informar sobre a reorganização funcional do DCA, bem como da sua proposição em criar mais três gerencias, sendo uma para o Programa da Autoridade Central, a outra para o programa de Planejamento e Execução Orçamentária e a última para coordenar as ações de Estudo e Pesquisa, visando dotar o DCA com dados de qualidade .A Nova Diretora apresentou uma demanda importante ao CONANDA, no sentido de que o mesmo aprove com certa urgência referenciais para a construção de unidades de atendimento ao infrator alegando que o DCA dispõe de recursos para construção, porém, não dispõe desses instrumentais. Solicitou ainda, para que ela e o Gerente do Programa de Reinserção Social do DCA possam acompanhar o Conanda a Salvador para conhecerem a experiência daquele Estado. A Diretora expressou ainda o seu interesse em trabalhar em estreita parceria com o

Conanda. Em seguida todos os conselheiros se apresentaram, sendo que a conselheira Maria Stela acrescentou dados importantes ao curriculum profissional da Nova Diretora na área da criança e do adolescente, inclusive considerando-a a melhor Presidente que a FEBEM-SP já teve. Foram feitos alguns pedidos pelos conselheiros tais como : a) que o DCA reforce o seu apoio aos Conselhos Tutelares; à Secretaria executiva do Conanda e à continuidade da conselheira Eliana como interlocutora entre o DCA e o Conanda. Dr^a Maria Ignês aproveitou para informar que já foi feita a realocação do cargo da Bernadete dentro das possibilidades do Ministério e para agradecer a receptividade que teve de todos neste Conselho. O Presidente ressaltou as boas-vindas, enfatizando que o Conanda tem necessidade vital do apoio do DCA e aproveitou para falar do novo espaço físico reservado ao Conanda no quinto andar do anexo dois deste ministério, cedido pela SEDH, convidando todos para conhecerem o local, alegando que o mesmo atende plenamente as necessidades do Conselho. Deixou registrado ainda a importância da adoção da primeira medida da nova Diretora, no tocante a realocação do cargo da Bernadete, visto ser uma reivindicação antiga do Conselho e que agora foi efetivada. Registrou também a importância da participação da Eliana, tendo em vista a ajuda que a mesma tem dado ao Conanda através da sua interlocução entre o DCA e o Conselho para a efetivação dessa parceria. Agradeceu de público o apoio que Dr. Darci Bertholdo vem dando ao Conanda e agora também o apoio da nova Diretora. Reforçou o papel fundamental da presença dos conselheiros governamentais,

principalmente neste ano de Conferência que irá necessitar da contribuição de todos. Com relação as Medidas Sócio-Educativas, o Presidente informou sobre a audiência que houve da Frente Parlamentar e o Conanda com o Ministro José Gregori, onde o Ministro se responsabilizou em convocar o Deputado Inaldo Leitão do PSDB –CE relator do projeto sobre rebaixamento penal que está na Comissão de Constituição e Justiça, objetivando a retirada do mesmo da pauta do Congresso Nacional, bem como falar com todos os parlamentares que tem projetos sobre o assunto, objetivando a retirada dos mesmos. Informou ainda, sobre os contatos mantidos como o Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça – ABMP, para juntos acelerarem a retirada da questão da menoridade penal da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional e vencer-la pelo enfoque da inconstitucionalidade. A nova Diretora propôs encampar esta luta para fazer valer a Constituição Federal, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, posicionando-se contrária ao Anteprojeto de Lei de Execução das Medidas Sócio-Educativas, proposto pelo Dr. Amaral. Finalizando a nova Diretora pediu licença para se retirar tendo em vistas compromissos assumidos. Prosseguindo os trabalhos foram desenvolvidos os pontos da pauta como segue: **I Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas** :As Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação, na parte da manhã e na parte da tarde até as quinze horas. **II Resolução e Recomendações sobre ação e funcionamento de Conselhos Tutelares** – O conselheiro Motti deu continuidade às discussões da

Resolução e das Recomendações sobre ação e funcionamento de Conselhos Tutelares, interrompidas na assembléia anterior. Os documentos foram amplamente debatidos sendo que os itens não aprovados por consenso foram submetidos a votação. Objetivando cumprir a pauta estabelecida foi proposto e aprovado que o conselheiro Motti faça as correções propostas nos documentos aprovados e os encaminhe aos conselheiros via e-mail à Secretaria Executiva do CONANDA até o dia onze de junho, para que os mesmos aprovem ou não a fidegnidade das correções e sejam devolvido novamente à ele até o dia dezoito de junho. No dia vinte e cinco de junho o conselheiro Motti novamente devolverá o documento para o voto eletrônico dos conselheiros e no dia vinte e sete deverá apresentar o documento final à Secretaria Executiva para publicação da Resolução no Diário da União e posteriormente enviar-lo à UNESCO para a sua impressão. Quanto a proposta de Projeto de Lei dispendo sobre a criação do Conselho Tutelar, a mesma não foi aprovada pela plenária considerando que todas as informações nela contidas encontram-se na Resolução e nas Recomendações já aprovadas pelo Conselho. **III – Registro de Entidades nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.** A Resolução contendo parecer do Conanda sobre o Registro de Entidades nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente foi aprovada por unanimidade. **IV – Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Octagésima Assembléia Ordinária do Conanda.** A Ata da Octagésima Assembléia Ordinária do Conanda foi aprovada por unanimidade. **V – Informações do**

Relatório do Brasil sobre as Metas da Reunião de Cúpula pela Criança – A

Diretora do DCA Maria Ignês Bierrenbach informou sobre as articulações para a entrega do relatório ao Conanda, porém, não foi possível ficar pronto até o momento. Ela esclareceu que o relatório de cúpula pela infância é o resultado desses dez anos de atuação do estado e da sociedade em relação as questões das crianças. Ressaltou que em mil, novecentos e noventa, em uma ampla reunião na Assembléia Geral das Nações Unidas, com a presença de cento e setenta países foi assinado este documento por cada um dos estados, inclusive o Brasil, o qual se comprometeu cumprir determinadas metas, entre outras abordagens da questão da criança e do adolescente. Entregou ao Presidente o documento “Informes do Brasil à Quinta Reunião Ministerial, Sobre o Cumprimento das Metas da Cúpula Mundial em Favor da infância e os Compromissos das Reuniões Ministeriais. Esse documento foi apresentado em Jamaica em outubro de dois mil, tendo sido elaborado especificamente pela técnica Leilá Leonardos do DCA. Alegou ser um documento interessante e muito bem elaborado , com indicações de documento preliminar a ser submetido à Comissão de Políticas Públicas do CONANDA. Este documento serviu de base à SEDH junto ao Ministério das Relações Exteriores, para as articulações necessárias à interfaces, com a saúde, educação, trabalho e assistência social, sendo que todos esses órgãos já enviaram as suas contribuições. Informou que o Embaixador Sabóia é o representante legal do Presidente da República à essa reunião de cúpula pela infância, que deverá ser realizada em setembro de dois mil e um, em

Nova York. Informou ainda, sobre as reuniões já realizadas com participação do Conanda, do Ministério das Relações Exteriores e da SEDH. Dr^a Maria Ignês não considera uma articulação tranqüila, porque cada área tem as suas peculiaridades e a sua forma de abordar as questões. Quanto as notícias veiculadas na mídia de que o Brasil descumpre metas do UNICEF, esclareceu que numa análise preliminar concluiu-se que dessas metas descumpridas havia na realidade uma divergência conceitual em relação à propostas apresentadas. Informou também, que no dia sete de junho haverá nova reunião com a presença do Embaixador e os representantes das demais áreas, para homogenizar a linguagem do documento e envia-lo às Nações Unidas, cujo prazo expirou em dezembro de dois mil. O conselheiro Joacir, acrescentou que o documento não passou pelo Conanda, porém, contém as contribuições através das Diretrizes Nacionais. Informou que o Conanda participará na aprovação ou não do texto final do documento, fazendo as considerações finais, por ser este o papel do Conselho. O conselheiro Fernando questionou qual o prazo previsto para o envio do relatório, tendo sido respondido que a previsão será dentro de um mês mais ou menos. O conselheiro propôs que o mesmo seja enviado via e-mail, antes da próxima assembléia. O Presidente agradeceu a presença da Dr^a Maria Ignês pelos esclarecimentos prestados. No segundo dia, dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se a execução da pauta que segue: **I Relato das Comissões Temáticas: 1) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Sócio-Educativas** – Estiveram presentes à reunião da Comissão os convidados Marcelo Ramos de

Oliveira da UNAFISCO; Francisca Rodrigues de Oliveira, Denis Gierre e Magda Teodoro de Oliveira, todos do Movimento contra a Redução da menoridade penal de São Paulo; Evaldo Luis Pauly do Comitê Gaúcho contra a Redução da Idade Penal; José Dirceu Galão Júnior e Jorge Matos Nunes da SEDH e Charles Pranke da AMENCAR. O relator da Comissão fez o relato dos trabalhos como segue: a) Campanha Tributo à Cidadania – O representante da UNAFISCO, explicou os objetivos da Campanha que foi lançada em dezembro de dois mil e encontra-se em sua segunda fase. A Campanha visa a educação tributária através da divulgação para os contribuintes de um instrumento legal, à destinação de parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do encaminhamento de projeto de lei que auxilie sua aplicação. A Comissão aprofundou a análise da proposta do projeto de lei que atualmente encontra-se com a Deputada Rita Camata. O Projeto prevê a extensão do prazo para doação aos fundos até o momento do ajuste; a possibilidade de empresas doarem a partir do lucro presumido e arbitrado e não somente pelo lucro real e estender para empresas que utilizam o formulário simplificado; facilitar a operacionalização do recibo emitido ao doador e favorecer um maior controle social do uso dos recursos doados. Foi ainda esclarecido que a Medida Provisória número dois mil, cento e trinta e dois, controle quarenta e três, que trata das deduções do imposto de renda, não revoga o Decreto número setecentos e noventa e quatro, que estabelece as doações em favor dos fundos dos direitos da criança e do adolescente. Esta informação foi dada pelo Charles da Amencar que fez

consulta à Receita Federal do Rio Grande do Sul. Charles se comprometeu enviar para o Conanda o estudo feito contendo a evolução das legislações que tratam sobre os fundos. Mediante o impasse apresentado o Presidente propôs que os conselheiros Caio e Clóvis procurem a Receita Federal para esclarecerem o assunto. A Comissão propôs também que o Conanda oficie suas congratulações à UNAFISCO pela iniciativa da campanha e empenhe-se na articulação pela aprovação do projeto de lei , bem como que o conselheiro Manoel Messias juntamente com a UNAFISCO e a Deputada Rita Camata, reformulem o projeto no sentido de superar a falta de precisão de alguns itens nele contido; b) Viagem a Montes Claros – Foi aprovado os dias nove e dez de julho de dois mil e um para a realização da visita a Montes Claros, ficando a Secretaria Executiva responsável para confirmar a nova data e tomar as providências cabíveis para a efetivação das atividades a serem desenvolvidas. Foi aprovado ainda pela plenária a inclusão dos conselheiros Joacir, Kênia e Ivanildo para integrarem a Comissão; c) Visita ao Rio Grande do Sul – A Comissão propôs e foi aprovada visita ao Estado para averiguação da prestação de contas do convênio, e para a efetivação dos resultados alcançados, bem como realizar reunião para discutir o SIPIA no Estado. Participarão da visita os conselheiros Cláudio, Joacir, Clóvis, Normando, Stela, Eliana e Nariam da Secretaria Executiva; d) São Paulo – A Comissão propôs officiar ao Conselho Estadual e FEBEM, reiterando a necessidade de agendar nova data para discutir o projeto político –pedagógico da FEBEM; e) Rio de Janeiro – O Conselho Estadual encaminhará projeto para atendimento das

medidas sócio-educativas até o início de julho, para que a Comissão o examine antes da próxima assembléia;f) Quadro demonstrativo – A Coordenadora da Comissão apresentou quadro demonstrativo dos recursos do FNCA a serem transferidos aos Estados através de Convênio e Resolução número sessenta e oito dispondo sobre os critérios para repasse de recursos e o Plano de Aplicação do FNCA para o exercício de dois mil e um; g) Idade penal – A Comissão propôs que o conselheiro Olympio acompanhe as discussões sobre projeto alternativo visando a regulamentação das medidas sócio-educativas, proposto pelo Ministro da Justiça Dr. José Gregori, em reunião realizada com a Frente Parlamentar; h) A Comissão recebeu a visita do Movimento Contra a Redução da Idade Penal composto pelo Movimento São Paulo e pelo Comitê Gaúcho, onde foi solicitado o apoio do Conanda para ampliar e unificar uma intervenção nacional. Sobre a ausência do Conselho Estadual de São Paulo neste movimento, a conselheira Maria Izabel esclareceu que a mesma se deu em função da assunção da nova mesa diretora e a mesma só ter tomado posse em meados do mês de maio, porém já estando na pauta do Conselho as indicações para as representação nos diversos movimentos sociais. Para o conselheiro José Fernando o Conselho Estadual deve coordenar qualquer movimento que esteja ocorrendo no Estado. Foi deliberado que a conselheira Maria Izabel deverá manter contato com o CONDECA-SP para discutir a Campanha contra a redução da idade penal e o seu engajamento e que o Conanda deverá oficiar ao Conselho solicitando o seu empenho com a Campanha. i) Com relação a próxima assembléia na Bahia, a Comissão propôs

que o foco principal seja a idade penal, devendo conhecer apenas experiências nesta área. Foi deliberado ainda, que o Presidente e o conselheiro Normando farão a programação da assembléia e a repassará aos conselheiros via –email para sugestões e aprovação; j) Expediente: A Secretaria Executiva deverá encaminhar ofício ao Conselho Municipal de Campinas para tomar conhecimento e adotar as devidas providências acerca de denúncias sobre recolhimento de crianças e adolescentes das ruas por ordem do juiz local. Encaminhar cópia ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua(Comissão local de Campinas)autor da denúncia;m) Quanto ao documento enviado pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro sobre o Fundo Municipal de Nova Friburgo, o conselheiro Clóvis ficou responsável de apresentar parecer na aproxima plenária; n) A Secretaria Executiva deverá enviar à Câmara Municipal de Belo Horizonte e de Ribeirão Pires ofício agradecendo a iniciativa adotada contra a redução da idade penal e enviar documento que apresenta a posição do Conanda sobre a Idade Penal; o) O representante da AMENCAR Charles Pranke entregou proposta sobre repasse de recursos fundo a fundo a qual será analisada e discutida na próxima assembléia; p) Com relação a proposta da Pastoral da Criança para captação de recursos para o FNCA, a mesma será retomada na próxima assembléia. A Comissão sugeriu que os conselheiros apresentem seus comentários e emendas á Comissão. **2) Comissão de Políticas Públicas** – A Comissão apresentou proposta contendo os nomes de painelistas para a Quarta Conferência e adequação dos temas para as mesas, tendo as mesmas sido aprovadas, com a indicação dos

conselheiros responsáveis para efetuar os devidos convites. Quanto a Conferência Paralela com os adolescentes, foi proposto delegar ao MNMMR pensar a metodologia e forma de integração com os adultos e a assessoria necessária, respeitando-se o protagonismo juvenil. Quanto os critérios para a Seleção das Experiências Exitosas foi proposto convidar uma experiência de aplicação do ECA, levando-se em conta por ordem de relevância, os seguintes aspectos: 1) A fidelidade aos princípios propostos pelo ECA; 2) O cumprimento das Resoluções expedidas pelo Conanda; 3) Avaliação positiva do Conselho Municipal e Estadual dos Direitos; 4) O projeto político pedagógico institucional; 5) A capacidade de trabalhar articulado em Rede; 6) A qualidade dos educadores; 7) As metas e os resultados obtidos; 8) A chance de ser referência para que outros também façam; 9) Menções de reconhecimentos já recebidos. O Conanda selecionará seis experiências que considerar exitosas e solicitará o parecer dos Conselhos Estadual e Municipal sobre o mesmo. Após estes pareceres o Conanda reavaliará a opção feita, obedecendo os critérios propostos. A Comissão manteve contatos com a Dr^a Carminha/SEDH, para discutir a execução da Quarta Conferência Nacional , especificamente quanto a criação da arte para logomarca e a publicação das Diretrizes Nacionais do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e do Plano Nacional de Enfrentamento do Abuso e exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Foi agendada reunião com técnicos especializados no dia sete, para discutir a logomarca e as providências dos fotolitos para impressão dos Planos Nacionais . Com relação ao regimento

interno da Conferência a conselheira Maria Izabel ficou de apresentar minuta na próxima assembléia, para debate e aprovação. No que tange a correspondência recebida do Conselho Estadual de Mato Grosso do Sul solicitando parecer do Conselho sobre deliberação daquele Conselho no que se refere a realização de Conferências Regionais ao invés de municipais, resguardando o dever dos municípios de realizar discussão local e escolher os delegados para as Conferências Regionais, foi deliberado oficiar o Conselho sobre a legalidade do procedimento uma vez que o mesmo está de acordo com as orientações gerais da Quarta Conferência. Com relação as Políticas Públicas foi registrado: a) recebimento de convite do I Fórum de Prevenção à Violência Contra a Criança e o Adolescente de Mato Grosso em junho de dois mil e um. Enviar ofício aos promotores do evento, parabenizando pela iniciativa e desejando sucesso; b) Ofício do MNMMR solicitando informações sobre a participação de adolescentes na Quarta Conferência. A Secretaria Executiva deverá oficiar ao Movimento a decisão do Conanda; c) despacho recebido do Ministério da Justiça pedindo parecer sobre a instalação de Bordel com a participação de adolescentes do Rio de Janeiro. A Comissão propôs enviar correspondência ao Conselho Estadual do Rio de Janeiro, solicitando informações das providências adotadas e enviar o material à Frente Parlamentar pela Criança para que o mesmo seja incluído na CPI da Prostituição Infanto Juvenil. Posteriormente, enviar cópia dos ofícios ao autor da denúncia; d) carta do Pacto São Paulo contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, solicitando que o Conanda encaminhe

a instalação do Fórum Tripartite. Foi proposto oficial à Coordenação do Pacto SP, informando que o Conanda estudará o assunto, tendo em vista as demandas emergentes, quanto à realização da Quarta Conferência. **III – Apresentação da proposta de Produção de CDROM Dez Anos do ECA – Os Avanços na reflexão e aplicação do mesmo – experiências exitosas** – O Presidente apresentou a Coordenadora Geral do Projeto, senhora Maria Luiza Martins da Silva, para expor a proposta do CDROM e a possibilidade do Conanda estar na parceria desta publicação. A Coordenadora cumprimentou a todos informando que o objetivo da produção do CDROM é massificar o acesso a conteúdos de orientação teórica e prática sobre a implementação do novo direito da infância e da juventude, através de coletânea de documentos legais, estudos doutrinários e interpretações jurisprudenciais, recomendações técnicas e documentários de experiências –modelo sobre o novo direito e novas estruturas de atendimento e proteção da infância e da juventude. Informou ainda, que a proposta objetiva a editoração e veiculação de documentos equivalentes a cinquenta volumes de livros impressos com media de trezentas páginas em um único CDROM, meio magnético com grande capacidade de armazenamento, facilidade de consulta, preservação ecológica, baixo custo e facilidade de conservação. A publicação destina-se a Juízes e Promotores da Infância e da Juventude; Conselhos de Direitos e Tutelares; Centro de Defesa e Fórum dos Direitos; Prefeituras Municipais; Entidades de Atendimento à Crianças e Adolescentes ; Legislativos Federal, Estaduais e Municipais e Universidades. Foi

ainda informado pela Coordenadora questões sobre o lançamento, distribuição, estimativa de custos e o cronograma de trabalho. Após sanar algumas dúvidas sobre a proposta apresentada a plenária aprovou o apoio a iniciativa da CNBB/Pastoral do Menor para a elaboração do CDROM, autorizando o crédito do Conanda na publicação do documento. **IV Informes e Encaminhamentos-** 1) Participação do Presidente do Conanda no lançamento da campanha contra a redução da idade penal no Rio de Janeiro; 2) Convite para participação do Presidente na audiência pública contra a redução da idade penal, a ser realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e um em Pernambuco, promovida pelo CEDCA; Frente de Entidades Sociais Não-Governamentais de Pernambuco e a Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa de Pernambuco; 3) Participação do conselheiro José Fernando no evento de formação dos policiais de Pernambuco, promovido pelo Fórum de formação de policiais para debater sobre a idade penal. 4) O Presidente do Conanda e a conselheira Rachel Niskier representarão o Conselho na Oficina Nacional sobre Medidas Sócio-Educativas, a realizar-se nos dias dezoito, dezenove e vinte de junho de dois mil e um, na cidade do Rio de Janeiro; 5) A conselheira Maria Stela representou o Conanda na discussão do Projeto da FEBEM-SP, proposto pelo CENPEC, objetivando a capacitação de adolescentes em conflito com a lei durante o acolhimento provisório; 6) A conselheira Rachel Niskier Sanchez irá representar o Conanda na Oficina de trabalho para construção do Plano Integrado de Campanhas de Mobilização em parceria SEAS/DCA/Embratur, a realizar-se nos dias doze e treze

de junho de dois mil e um; 7) A conselheira Maria Izabel informou sobre sua participação na reunião promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para definição de idade mínima a ser declarada à OIT para efeito do controle do cumprimento da Convenção Cento e Trinta e Oito. A conselheira ficou de enviar relatório sobre a reunião. No dia trinta e um de maio a conselheira participou novamente de reunião no Ministério do Trabalho para discutir sobre a questão da idade mínima, onde todos saíram com a posição da idade de dezesseis anos para o trabalho do adolescente; 8) O Presidente e a conselheira Maria Izabel representarão o Conanda na cerimônia para assinatura da ratificação da Convenção Cento e Trinta e Oito, a realizar-se no dia onze de junho de dois mil e um; 9) A conselheira Maria Izabel participará de reunião Ordinária do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, a realizar-se nos dias vinte e cinco e vinte e seis de junho de dois mil e um, na cidade de Recife – Pe; 10) Os conselheiros Clóvis e Kênia representarão o Conanda no Fórum Nacional de Tecnologia da Informação na Segurança Pública, a ser realizado nos dias vinte e cinco e vinte e seis de dois mil e um, em Brasília; 11) O conselheiro José Fernando representará o Conanda no lançamento do “Brasil Diz Não à Violência “ – Plano de Prevenção da Região Metropolitana de Recife, no dia onze de junho de dois mil e um, promovido pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; 12) O Presidente informou sobre quatro projetos recebidos da Deputada Ana Corso – PT/RS para análise e parecer; 13) Oficiar a Secretaria de

Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete da Presidência solicitando reunião para discutir ação conjunta no que tange a Construção de Unidades de Atendimento ao Adolescente Infrator em alguns Estados como exemplo Recife e Rio de Janeiro. 14) Criação de Grupo de Trabalho para levantar informações sobre a organização nacional para o enfretamento das situações de tráfico, seqüestro e desaparecimento de crianças e adolescentes e propor o ordenamento de ações integradas que permitam ao Conanda, exercer a sua função de controle da política de atendimento nesta área. O grupo será composto pelos conselheiros Clóvis Ubirajara Lacorte – Representante da Casa Civil da Presidência ;Eliana Cristina Ribeiro Taveira Crisóstomo – Representante do Ministério da Justiça; Júlio Boaventura Santos Matos – Representante do Ministério das Relações Exteriores; Conselheira Maria Stela Santos Graciani – Representante da PUC – SP; Jussara de Goiás – Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Não havendo mais nada havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Presidente